

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 1.476, DE 2019

Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que dispõe sobre as normas gerais do desporto, para incluir novas exigências com vistas a garantir o direito à educação do atleta em formação.

**Autor:** Deputado AMARO NETO

**Relator:** Deputado EDUARDO BISMARCK

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.476, de 2019, pretender alterar a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que dispõe sobre as normas gerais do desporto, para incluir novas exigências com vistas a garantir o direito à educação do atleta em formação. Basicamente, na proposição, altera-se o art. 29 da referida Lei nº, o qual recebe as seguintes modificações:

“O art. 29 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.29.....  
.....

§ 2º.....

II -  
.....

j) contratar profissional da educação, de nível superior, que fará parte da equipe técnica da entidade formadora, o qual será responsável por:

1. organizar a complementação e assistência educacionais de que tratam o inciso I e o inciso II, alínea “c”, deste parágrafo;
2. elaborar boletins individualizados e bimestrais de acompanhamento da frequência, do rendimento escolar e da evolução educacional do atleta em formação, bem como da complementação e assistência educacionais de que tratam o inciso I e o inciso II, alínea “c”, deste parágrafo;



\* C D 1 9 9 6 7 7 6 0 4 3 0 0 \*

3. comunicar aos pais ou responsáveis dos atletas os boletins de que trata o item 2 desta alínea, no prazo de até um mês contado do encerramento do bimestre a que se refere a avaliação;

4. zelar para que a educação do atleta não seja prejudicada pelo seu compromisso com treinos e competições;

5. assegurar que toda a documentação, registros e boletins relacionados à educação do atleta esteja atualizada e devidamente arquivada;

k) manter por no mínimo cinco anos os documentos referidos nos itens 2 e 5 da alínea “j” deste inciso;

l) manter sala com mesas de estudo e computadores conectados à internet em quantidade suficiente para os atletas que estiverem residindo em alojamentos da entidade formadora.

§ 3º-A A entidade de prática desportiva formadora e o profissional de educação por ela contratado são responsáveis solidariamente pelo cumprimento do disposto nos itens 1 a 5 da alínea “j” do inciso II do parágrafo 2º deste artigo.

.....(NR)”

A Comissão de Esporte aprovou o Projeto de Lei, sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado Julio Cesar Ribeiro.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e ao regime de tramitação ordinária. Nesta Comissão, no prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

Vem em seguida a matéria a este Colegiado onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A União tem competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre desporto, na forma do art. 24, IX, da Constituição da República. A proposição é, assim, constitucional.



\* C D 1 9 9 6 7 9 6 0 4 3 0 0 \*

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Nº 1.476, de 2019.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado EDUARDO BISMARCK  
Relator

2019-24110

